

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA - TO
PROCURADOR JURÍDICO

Segunda Fase

Prova Discursiva e Prática
Grupo II**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. Verifique se este caderno contém SEIS questões, sendo CINCO discursivas e UMA prova prática, acompanhadas de espaço para rascunho.
2. Confira os dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
3. **Será permitido** a consulta à legislação, em meio impresso, desprovida de comentários, às súmulas administrativas e dos tribunais e aos enunciados e orientações jurisprudenciais (OJ'S) da Justiça do Trabalho, conforme item 9.1 do Edital.
4. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
5. Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e à transcrição dos textos para o caderno de respostas definitivas das provas Discursiva e Prática.
6. Assine à CANETA no espaço indicado.
7. Nenhuma folha deste caderno de prova poderá ser destacada.
8. A folha de resposta não deverá ser assinada, rubricada ou conter qualquer palavra ou marca que possa identificar o candidato, sob pena de anulação da prova, atribuindo-se nota zero.
9. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.
10. Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
11. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

ATENÇÃO: Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a realização da prova for flagrado: portando qualquer material de consulta não especificado como permitido no item 9.1 do Edital que rege este certame; portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como, bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas de fogo ou branca (facas, canivetes e similares), ainda que possua porte de arma expedido por autoridade competente.

Nome: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS**CINCO HORAS****ATENÇÃO:** o candidato poderá levar consigo o CADERNO DE PROVA contendo o RASCUNHO DAS RESPOSTAS somente após às 12h45min.

PROVA DISCURSIVA - GRUPO II

QUESTÃO 01 (valor: 0 a 12 pontos)

Segundo Luciano Martinez, na obra Curso de Direito do Trabalho (3 edição, pág. 83), “os princípios prescrevem diretrizes, produzindo verdadeiros mandados de otimização que, em última análise, visam a potencialização da própria justiça”. Classicamente são reconhecidos como princípios do Direito do Trabalho o da proteção, indisponibilidade de direitos, continuidade da relação de emprego e primazia da realidade. Pergunta-se: o princípio da boa-fé objetiva aplica-se aos contratos de emprego? Justifique a resposta.

RESPOSTA QUESTÃO 01

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA DISCURSIVA - GRUPO II

QUESTÃO 02 (valor: 0 a 12 pontos)

Considere o seguinte caso hipotético. No município “X” por meio da Lei nº 1.234/99 foi criada a “Guarda Municipal”, bem como foi regulamentado os direitos e deveres dos servidores. No texto da referida lei está vedado ao servidor exercer cumulativamente a função de “Agente da Guarda Municipal” com outro emprego em empresa privada, ainda que sejam em horários compatíveis. Anota ainda o texto da referida lei que, no caso de descumprimento desta norma, o servidor deverá indenizar os cofres públicos bem como poderá sofrer as sanções disciplinares previstas no regulamento. João da Silva tomou posse no cargo de agente da guarda municipal do Município “X” no dia 01/04/2000, tendo sido aprovado no estágio probatório após transcorrido o prazo legal. Em meados de novembro/2011, por sofrer dificuldades financeiras, João da Silva aceitou o emprego de “segurança” na casa de show “Fun Night”, trabalhando todas as noites de quarta à domingo. Após dois anos de trabalho, sem nunca ter tido a carteira assinada, João da Silva decidiu ajuizar reclamação trabalhista pedindo o reconhecimento do vínculo empregatício, salários atrasados, adicional noturno, férias vencidas e não-gozadas, valores do FGTS que não foram pagos pela empresa. Pergunta-se: o fato de João da Silva ter cumulado o cargo de agente da guarda municipal na prefeitura do Município “X” com o emprego de segurança na casa de show impedirá que ele receba suas verbas laborais na Justiça do Trabalho? Justifique sua resposta.

RESPOSTA QUESTÃO 02

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA DISCURSIVA - GRUPO II

QUESTÃO 03 (valor: 0 a 12 pontos)

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) contempla duas hipóteses especiais que permitem ao juiz, no curso do processo de conhecimento, conceder medida liminar. É o que se observa da leitura do art. 659, incisos IX e X:

“ Art. 659 - Competem privativamente aos Presidentes das Juntas, além das que lhes forem conferidas neste Título e das decorrentes de seu cargo, as seguintes atribuições:

(...) IX - conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem a tornar sem efeito transferência disciplinada pelos parágrafos do artigo 469 desta Consolidação.

X - conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador.”

Pergunta-se: o pedido de antecipação de tutela, previsto no art. 273 do Código de Processo Civil, é cabível no processo de conhecimento de competência da Justiça do Trabalho? Justifique sua resposta.

RESPOSTA QUESTÃO 03

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA DISCURSIVA - GRUPO II

QUESTÃO 04 (valor: 0 a 12 pontos)

Após os trâmites legais, foi aprovada legislação municipal relativa à ampliação do perímetro urbano da cidade. Referida ampliação avançou sobre chácaras destinadas, exclusivamente, à produção de hortaliças. Sobre tais chácaras sempre houve incidência de Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR. Tendo em vista a ampliação do perímetro urbano, o setor competente do município lançou Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, sobre as referidas chácaras. Ao receber o carnê para pagamento, tempestivamente, um proprietário apresentou IMPUGNAÇÃO à cobrança, perante o órgão julgador competente da Fazenda Municipal. Aduziu que a cobrança do IPTU é indevida tendo em vista a destinação que o imóvel possui. Anexou à impugnação os comprovantes de pagamento do ITR, bem como cópia do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Com base no caso apresentado, responda justificadamente, se a impugnação deve ou não ser acolhida e o porquê.

RESPOSTA QUESTÃO 04

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA DISCURSIVA - GRUPO II

QUESTÃO 05 (valor: 0 a 12 pontos)

Para custear os serviços de limpeza, varrição, e conservação de vias urbanas, o município instituiu Taxa de Limpeza de Vias e Logradouros Públicos - TLP, lançando a cobrança contra o proprietário de imóveis urbanos juntamente com o carnê do IPTU. Para o cálculo do valor da referida taxa, foi utilizada a base tributável do IPTU (valor do venal do imóvel).

Tendo em vista as previsões constitucionais e legais aplicáveis ao caso, avalie a regularidade ou não da cobrança.

RESPOSTA QUESTÃO 05

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PROVA PRÁTICA - GRUPO II

QUESTÃO PRÁTICA (valor: 0 a 40 pontos)

O Município de Rincão dos Bugres-TO, expediu nota de lançamento fiscal contra a Construtora Construbem Ltda., relativo a valores devidos a título de ISS – Imposto sobre serviços. No prazo para apresentação de defesa administrativa, a notificada não se manifestou. Após todos os trâmites regulares, o débito foi inscrito em dívida ativa e dela extraída a Certidão de Dívida Ativa, tendo sido ajuizada a competente execução fiscal.

Regularmente citada da execução, a Construtora não efetuou o pagamento, não indicou bens à penhora, nem apresentou embargos.

Transcorridos alguns meses, diante da falta de indicação dos bens, sem intimar as partes, o juiz determinou, de ofício, o arquivamento administrativo do feito.

Passados mais de 06 anos da data do arquivamento, a Construtora Construbem Ltda., intervém na execução, apresentando exceção de pré-executividade, alegando ocorrência de prescrição intercorrente e requerendo o seu acolhimento de imediato, nos termos do art. 219, § 5º do CPC, por ser matéria de ordem pública. Fundamentou o pedido demonstrando o transcurso de mais de 05 (cinco) anos de paralisação do processo, requerendo a aplicação da súmula 383 do STF e demais dispositivos legais aplicáveis ao caso.

Ao apreciar a exceção de pré-executividade, o juiz a acolheu de plano, reconhecendo a prescrição intercorrente, por terem passados mais de 05 (cinco) anos da data do arquivamento do feito, e extinguiu a execução. Desta decisão, a Fazenda Pública foi intimada.

Tendo por certo que não expirou o prazo para recurso, como Procurador do Município, elabore o recurso voluntário cabível da decisão que acolheu a exceção de pré-executividade, fundamentando-o de forma completa, registrando toda a matéria de direito processual e material pertinente.

RESPOSTA QUESTÃO PRÁTICA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	

76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	